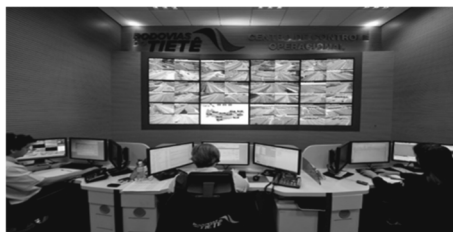




**2022**

**Divulgação de Resultados**

**[www.rodoviasdotiete.com.br](http://www.rodoviasdotiete.com.br)**



## Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2022

**30 de março de 2023** - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial – “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do exercício de 2022.

### Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras anuais da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26—Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, na deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a Norma Internacional IAS—Presentation of Financial Statements.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 17
Responsabilidade Socioambiental	Página 18
Demonstrações Financeiras	Página 19
Relacionamento com o Auditor	Página 23

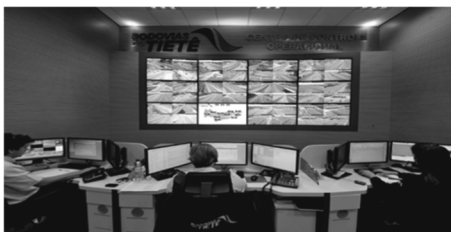
**Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho**  
*Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relações com Investidores / CFO*

**Tel.: (11) 4602-7900**

**Fax: (11) 4602-8069**

**E-mail: [ri@rodoviasdotiete.com.br](mailto:ri@rodoviasdotiete.com.br)**

**[www.rodoviasdotiete.com.br/ri](http://www.rodoviasdotiete.com.br/ri)**

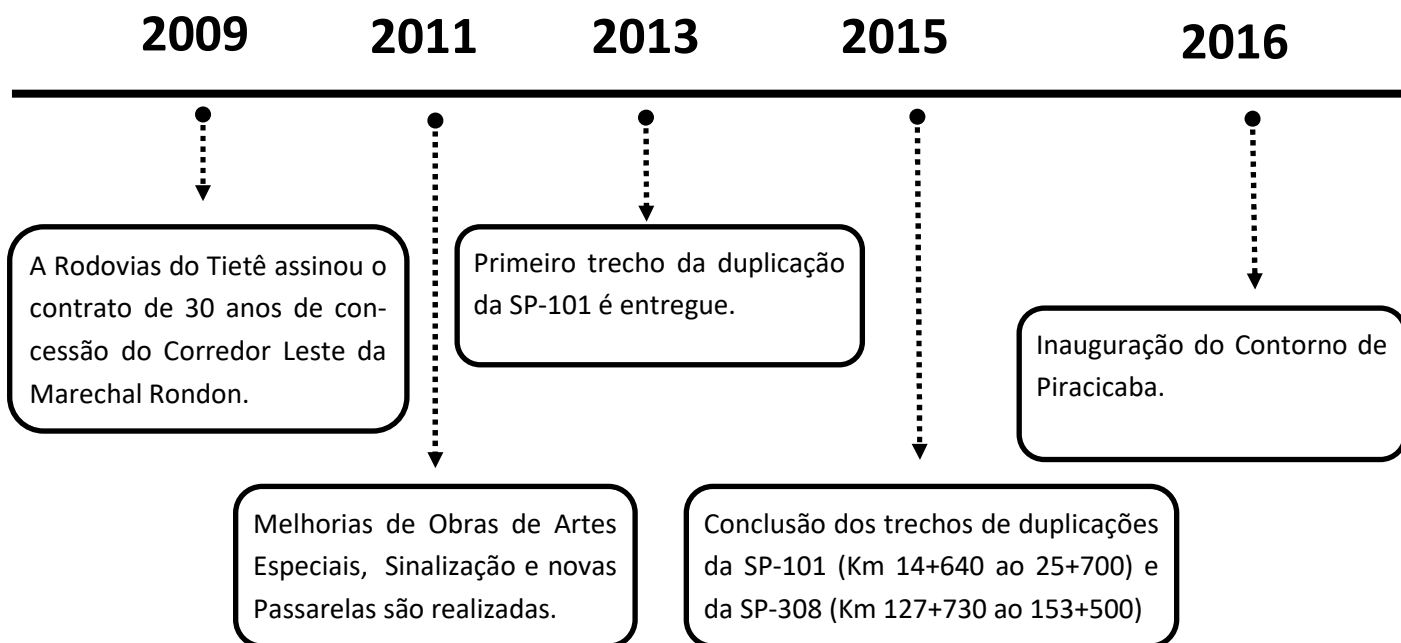


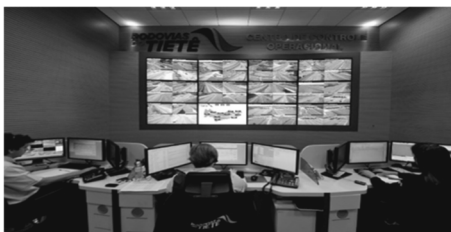
## Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





## Destaques:

### Receita Operacional

✓ R\$ 305,6 milhões de receita líquida.



### Tráfego

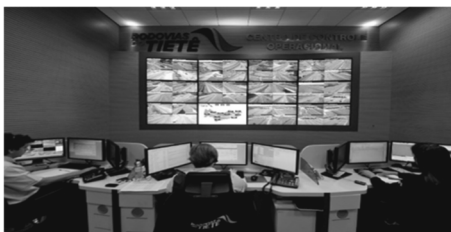
✓ Aumento de 7,45% no tráfego pedagiado e aumento de 9,74% no tráfego em eixos equivalentes.



### Obras

- ✓ Duplicação da SP-101
- ✓ Duplicação da SP-308
- ✓ Recapeamentos das Rodovias





## Sumário Executivo

Com relação à atividade econômica brasileira, o ambiente inflacionário ainda segue desafiador. Observa-se uma normalização nas cadeias de suprimento e uma acomodação nos preços das principais commodities no período recente, o que deve levar a uma moderação nas pressões inflacionárias globais ligadas a bens. Por outro lado, o baixo grau de ociosidade do mercado de trabalho em algumas economias, aliado a uma inflação corrente elevada e com alto grau de difusão, sugere que pressões inflacionárias no setor de serviços devem demorar a se dissipar.

O processo de normalização da política monetária nos países avançados prossegue na direção de taxas restritivas de forma sincronizada entre países, apertando as condições financeiras, impactando as expectativas de crescimento econômico e elevando o risco de movimentos abruptos de reprecificação nos mercados.

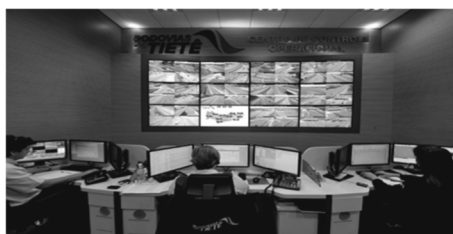
No âmbito doméstico, a divulgação do PIB do terceiro trimestre de 2022 sinaliza uma redução no ritmo do crescimento em relação aos trimestres anteriores, ainda que se observe expansão em todos os componentes da demanda. De maneira análoga, o mercado de trabalho segue se recuperando, mas em menor ritmo do que nos meses anteriores.

Apesar da queda recente, especialmente nos itens voláteis e afetados por medidas tributárias, a inflação ao consumidor continua elevada. Itens relacionados a bens industriais, refletindo a queda mais intensa dos preços ao produtor e a distensão das pressões nas cadeias globais de valor, também apresentaram desaceleração, embora ainda lenta. Os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, que apresentam maior inércia inflacionária, mantêm-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação, ainda que tenham apresentado alguma moderação na margem.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 5,79% no acumulado nos últimos 12 meses.

Na ano de 2022 houve um aumento de 7,45% no tráfego de veículos, quando comparado ao ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou um crescimento de 9,74%, quando comparado ao ano anterior. Este aumento é reflexo da retomada da economia após os impactos da COVID-19 no ano de 2020.

As principais obras realizadas pela Concessionária foram a duplicação da SP-101 e duplicação da SP-308.



## Tráfego

No ano de 2022 o volume de tráfego teve um aumento de 7,45% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento de 8,17%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 0,26% e comerciais pesados um aumento de 13,22%.

### >> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2022*	2021*	Variação
Passeio	19.291.222	17.834.542	8,17%
Comercial Leve	3.920.754	3.910.642	0,26%
Comercial Pesado	3.002.297	2.651.837	13,22%
<b>Total</b>	<b>26.214.273</b>	<b>24.397.021</b>	<b>7,45%</b>

\*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

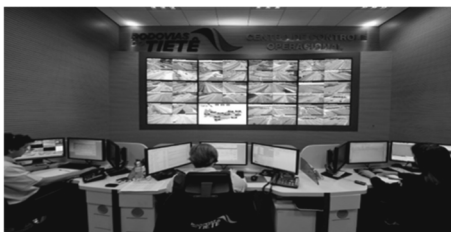
No ano de 2022 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve um aumento 9,74% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento 8,21%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 0,41% e comerciais pesados um aumento de 17,31%.

### >> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2022*	2021*	Variação
Passeio	18.930.084	17.493.745	8,21%
Comercial Leve	9.396.856	9.358.866	0,41%
Comercial Pesado	17.694.465	15.083.052	17,31%
<b>Total</b>	<b>46.021.405</b>	<b>41.935.663</b>	<b>9,74%</b>

\*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

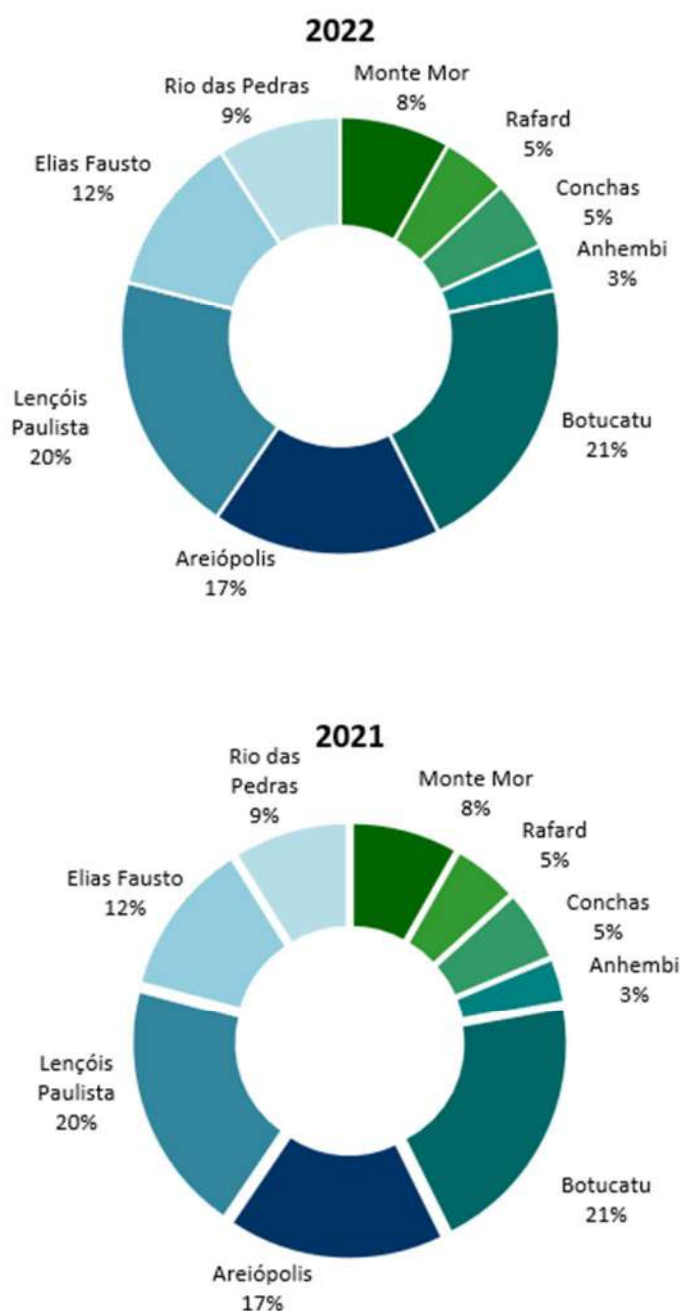
A Companhia teve seu tráfego de veículos, sua principal receita afetada pelos efeitos da pandemia da COVID-19, devido ao Governo do Estado de São Paulo ter decretado o período de quarentena para conter o avanço desta pandemia no Estado em 2020, liberando somente as atividades essenciais a continuarem funcionando, com a flexibilização da quarentena o tráfego de veículos da Companhia já vem apresentando sua retomada desde 2021, onde a flexibilização se encontrava em sua fase inicial para o primeiro trimestre, por este motivo é apresentado este aumento expressivo no tráfego.

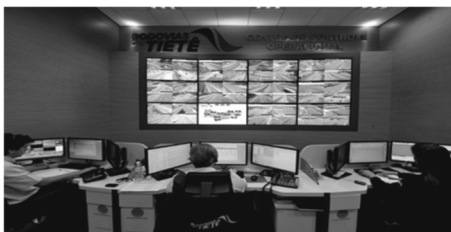


## Tráfego

### >> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 57% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 43% da receita.



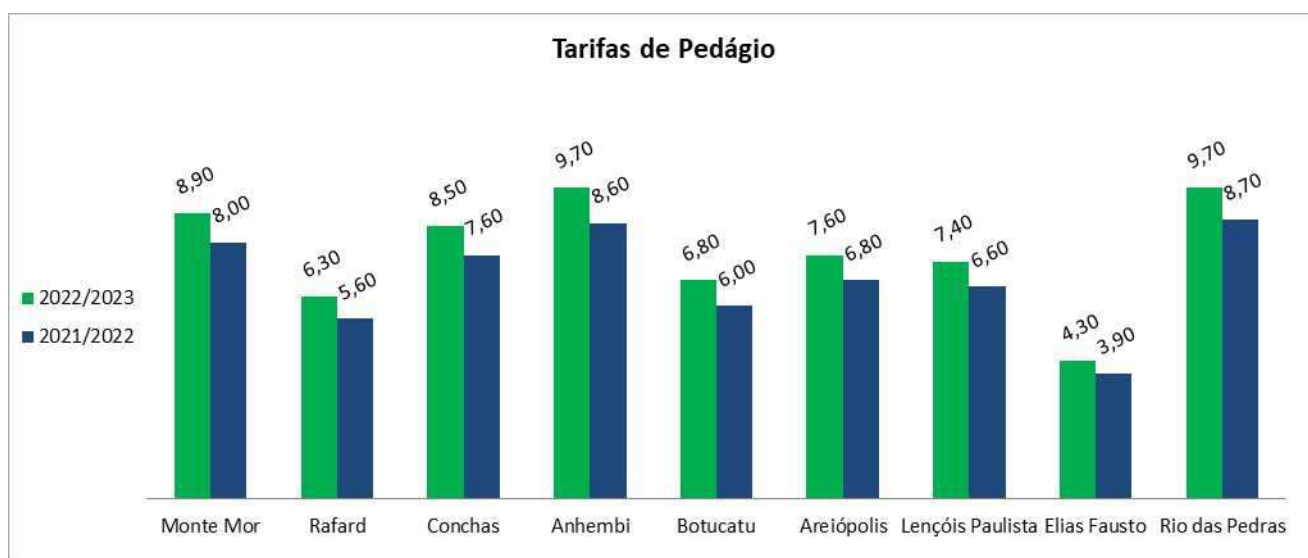


## Tráfego

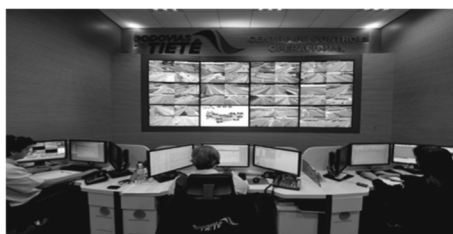
### >> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2022/2023 é de R\$ 7,69 contra R\$ 6,87 em 2021/2022.

Praça de pedágio	2022/2023	2021/2022
Monte Mor	8,90	8,00
Rafard	6,30	5,60
Conchas	8,50	7,60
Anhembi	9,70	8,60
Botucatu	6,80	6,00
Areiópolis	7,60	6,80
Lençóis Paulista	7,40	6,60
Elias Fausto	4,30	3,90
Rio das Pedras	9,70	8,70
<b>Tarifa Média</b>	<b>7,69</b>	<b>6,87</b>







## Receitas

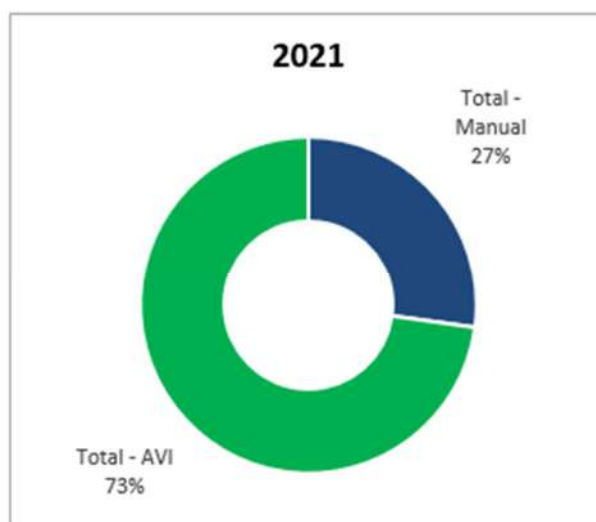
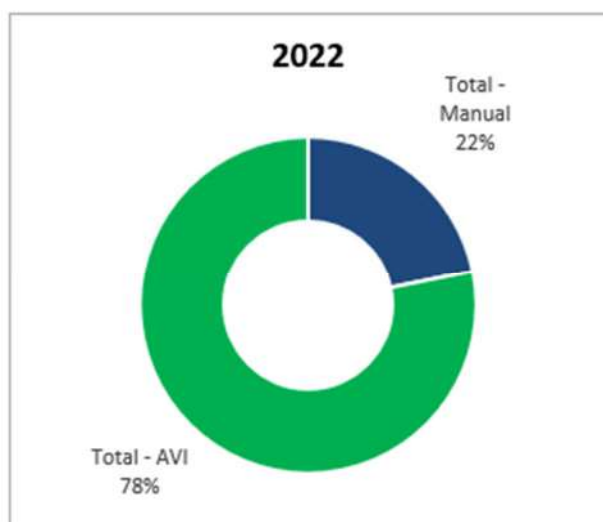
Receitas (em R\$ mil)	2022*	2021*	Varição
Receitas de Pedágio	319.321	263.449	21,21%
Receitas Acessórias	15.092	14.582	3,50%
Impostos sobre Receitas	(28.782)	(24.357)	18,17%
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>305.631</b>	<b>253.674</b>	<b>20,48%</b>
Receitas de Construção	98.090	83.864	16,96%
<b>TOTAL</b>	<b>403.721</b>	<b>337.538</b>	<b>19,61%</b>

\*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

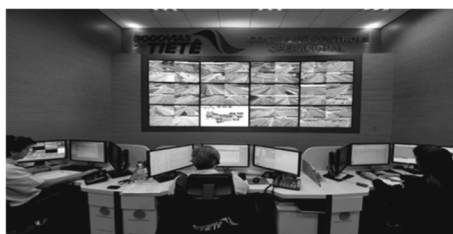
A Concessionária obteve em 2022, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 319.321 mil (R\$ 263.449 mil em 2021) e arrecadou R\$ 15.092 mil (R\$ 14.582 mil em 2021) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 28.782 mil em 2022 (R\$ 24.357 mil em 2021).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 98.090 mil de receita de construção contra R\$ 83.864 mil no mesmo período de 2021 com contrapartida nos custos de construção.

### >> Formas de Pagamento



\*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.



## Custos e Despesas Operacionais

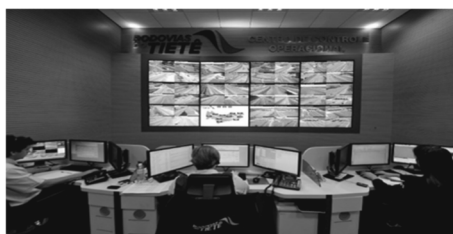
Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2022*	2021*	Variação
Com Pessoal	(26.463)	(24.134)	9,65%
Honorários da Administração	(2.150)	(1.981)	8,53%
Manutenção e conservação	(61.249)	(55.851)	9,67%
Serviço de terceiros	(9.311)	(6.743)	38,08%
Ônus variável da concessão	(5.021)	(4.223)	18,90%
Seguros e Garantias	(2.380)	(1.855)	28,30%
Outras receitas e despesas	(7.863)	(2.182)	260,36%
<b>Subtotal</b>	<b>(114.437)</b>	<b>(96.969)</b>	<b>18,01%</b>
Custo de serviços de construção	(96.362)	(82.298)	17,09%
Provisão para demandas judiciais	(17.725)	(74.696)	-76,27%
Provisão para manutenção em rodovias	(61.247)	(87.452)	-29,97%
Depreciação e amortização	(64.129)	(50.224)	27,69%
<b>Total</b>	<b>(353.900)</b>	<b>(391.639)</b>	<b>-9,64%</b>

\*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

No exercício 2022, houve uma redução de 9,64% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 391.639 mil em 2021 para R\$ 353.900 mil em 2022. As principais variações foram:

- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Aumento nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019;
- ⇒ Provisão para demandas judiciais: Provisionamento e reversão de provisões de processos administrativos junto a ARTESP; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego e devido ao aumento dos investimento dos últimos doze meses.



## EBITDA e MARGEM EBITDA

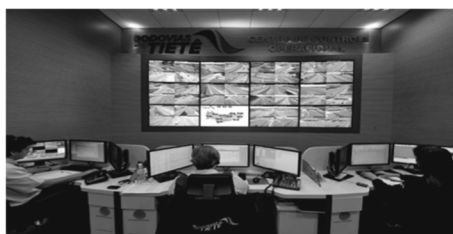
Para melhor refletir os índices de gestão da Companhia, o EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado pela exclusão das provisões para manutenções futuras e para demandas judiciais e administrativas.

EBITDA (em R\$ mil)	2022*	2021*	Varição
Resultado Líquido do Período	(164.762)	(255.474)	-35,51%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(84.298)	(131.442)	-35,87%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	298.881	332.815	-10,20%
(+/-) Depreciação e Amortização	64.129	50.224	27,69%
<b>EBITDA</b>	<b>113.950</b>	<b>(3.877)</b>	<b>-3.039,13%</b>
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	61.247	87.452	-29,97%
(+/-) Provisão para demandas judiciais e Adm	17.725	74.696	-76,27%
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção conserva especial	(55.607)	(74.687)	-25,55%
<b>EBTIDA considerando efeito Cons. Especial (a)</b>	<b>137.315</b>	<b>83.584</b>	<b>64,28%</b>
Margem EBITDA Ajustado Cons. Especial	44,93%	32,95%	11,98 p.p.
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção	55.607	74.687	-25,55%
<b>Receitas Operacionais (b)</b>	<b>305.631</b>	<b>253.674</b>	<b>20,48%</b>
<b>EBITDA AJUSTADO (c)</b>	<b>192.922</b>	<b>158.271</b>	<b>21,89%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado (c/b)</b>	<b>63,12%</b>	<b>62,39%</b>	<b>0,73 p.p.</b>

\*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

No exercício de 2022, houve um aumento de 21,89% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 158.271 mil em 2021 para R\$ 192.922 mil em 2022. E a margem EBITDA ajustado teve um crescimento de 0,73 p.p.

Além disso, houve um aumento de 27,69% na depreciação e amortização que passou de R\$ 50.224 mil em 2021 para R\$ 64.129 mil em 2022. Houve também uma variação de 29,97% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.



## Resultado Financeiro

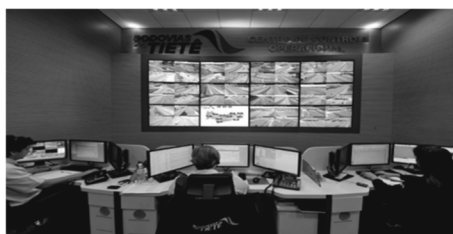
O resultado financeiro no exercício de 2022, comparado ao mesmo período de 2021, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2022*	2021*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(274.049)	(310.485)	-11,74%
Juros sobre Mútuo	(29.119)	(14.915)	95,23%
Outras Despesas Financeiras	(18.963)	(25.359)	-25,22%
<b>TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(322.131)</b>	<b>(350.759)</b>	<b>-8,16%</b>
Receitas Financeiras	23.250	17.944	20,61%
<b>TOTAL RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(298.881)</b>	<b>(332.815)</b>	<b>-10,20%</b>

\*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

Nos exercício de 2022 houve uma redução de 11,43% no resultado financeiro que passou de (R\$ 332.815) em 2021 para (R\$ 298.881) mil em 2022. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Aumento em função do maior índice de CDI.
- ⇒ Juros sobre Financiamentos e Debêntures: Redução do IPCA em 2022.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Redução em função de menores despesas com encargos financeiros.
- ⇒ Receitas Financeiras: Aumento devido aos valores aplicados no período de 12 meses, além do aumento da taxa de CDI.



## Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

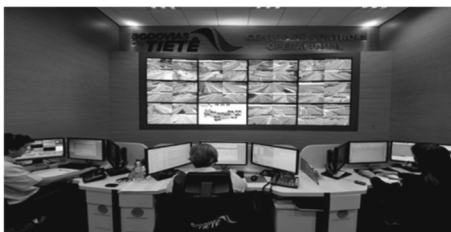
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215



## Debêntures - (continuação)

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

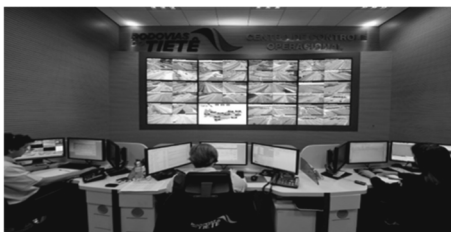
Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
  - A.1 Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.



## Debêntures - (continuação)

Em 08 de novembro de 2019, com a declaração de vencimento antecipado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGD), a Administração da Companhia deu início aos trâmites para protocolar a abertura do processo de recuperação judicial, como sendo mais um passo no processo de reestruturação financeira, sem afetar os compromissos assumidos junto ao órgão regulador e os serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

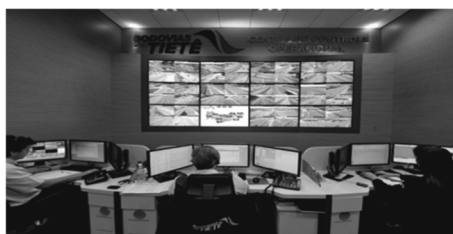
No dia 18 de março de 2020 o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 a lista só foi publicada no dia 17 de junho, tendo os prazos da recuperação judicial sido retomados a partir da publicação.

Em 27 de agosto de 2020, o Juízo de Recuperação Judicial da Companhia publicou o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14 de setembro de 2020, e em segunda convocação, no dia 01 de outubro de 2020, para votação do Plano de Recuperação Judicial protocolado pela Companhia no dia 18 de março de 2020.

Em 01 de outubro de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Credores (“AGC”), onde foi suspensa até o dia 27 de novembro de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial da Companhia publicou decisão postergando a AGC para o dia 16 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC para o dia 21 de janeiro de 2021.



## Debêntures - (continuação)

Em 21 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral de Credores foi suspensa, sendo sua reabertura programada para o dia 10 de março de 2021.

Em 09 de março de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de (i) redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 21 de janeiro de 2021, para o dia 08 de junho de 2021, e (ii) prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 dias iniciados com o término do prazo da prorrogação anterior.

Em 02 de junho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de junho de 2021 para o dia 08 de julho de 2021.

Em 05 de julho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de julho de 2021, para o dia 23 de setembro de 2021.

Em 09 de agosto de 2021, a Companhia protocolou no Juízo da Recuperação Judicial o novo Plano de Recuperação Judicial, sendo esse novo Plano apresentado para votação na próxima Assembleia.

Em 23 de setembro de 2021, em Assembleia Geral de Credores foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial divulgado no dia 09 de agosto.

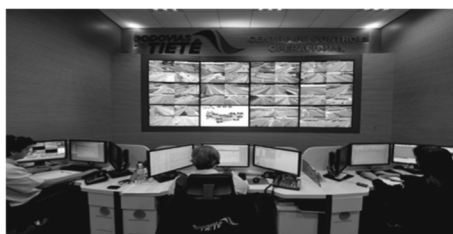
Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores.

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

\* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.





## Obras e Investimentos

### Duplicação da SP-101



Duplicação do km 25+700 ao km 43+500 (total de 17,80 quilômetros) da rodovia SP-101 e implantação/adequação de 5 dispositivos. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 25, 32, 41 e a ponte do km 32+900 foram finalizadas. O custo incorrido até dezembro de 2022 foi de **R\$ 12,766 milhões**.

### Duplicação da SP-308

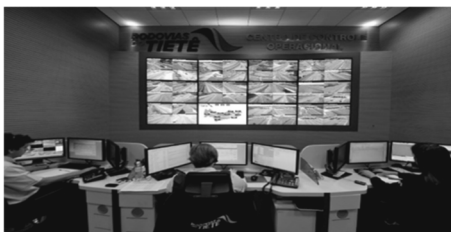


Duplicação do km 102+200 ao km 127+730 (total de 25,53 quilômetros) da rodovia SP-308 e implantação/adequação de 8 dispositivos. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 103, 107 e 112 foram finalizadas. Os dispositivos do km 104 e km 108 e a duplicação no trecho entre o km 102+200 e km 109+020 foram concluídos e inaugurados em 01/07/2022. O custo incorrido até setembro de 2022 foi de **R\$ 67,064 milhões**.

### Recapeamentos da SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308



Segundo ciclo de intervenção da conservação especial de pavimento das rodovias SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308. Os serviços de reparos estão em andamento nas quatro rodovias. O custo incorrido até dezembro de 2022 para essas obras foi de **R\$ 192,518 milhões**.



## Responsabilidade Socioambiental



### **Café na Passarela**

Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.



### **Lacre Solidário**

O projeto Lacre solidário, tem como intuito coletar lacres de latinhas com o apoio da comunidade. Assim, visa diminuir o impacto do lixo no meio ambiente, além de fazer a troca dessa coleta por uma cadeira de roda e doá-la para as instituições sociais.



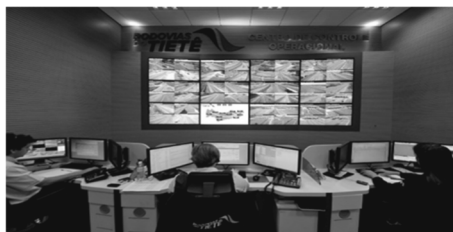
### **Semana Nacional do Trânsito**

As campanhas realizadas na semana do trânsito, tem o intuito de conscientizar a sociedade sobre as leis e normas de trânsito, incentivar os usuários a ter respeito no trânsito e prevenir os acidentes nas rodovias. Tudo isso foi através de atividades, como os projetos em escolas, seleção de estrada, cavalo de aço, entre outras



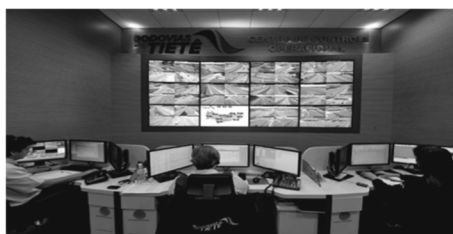
### **Carregador de Veículos**

Neste projeto implantado, teve o objetivo de levar o conforto e segurança aos usuários, pois são disponibilizado um carregador aos carros elétricos, sendo possível fazer a recarga quando necessário.



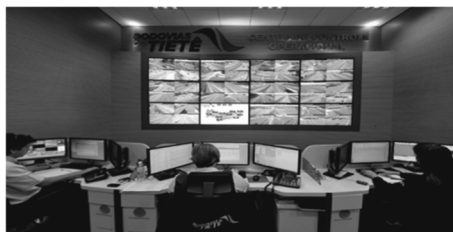
## Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	83.945	48.540
Contas a receber (Nota 6)	28.713	26.098
Despesas Antecipadas	1.611	1.134
Impostos a recuperar (Nota 7)	2.483	707
Outros ativos	6.920	5.340
	<b>123.672</b>	<b>81.819</b>
<b>Não circulante</b>		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	61.449	57.382
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	539.037	454.739
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	55.101	40.220
Outros ativos	4.859	7.669
Imobilizado (Nota 9)	8.914	7.099
Intangível (Nota 10)	1.391.469	1.349.746
	<b>2.060.829</b>	<b>1.916.855</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.184.501</b>	<b>1.998.674</b>



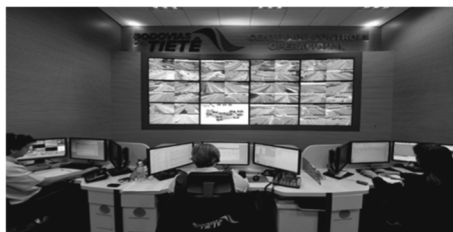
## Balanço Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	28.997	22.980
Debêntures (Nota 14)	2.244.691	1.952.298
Credor pela concessão	465	399
Obrigações tributárias	3.961	3.390
Obrigações trabalhistas	4.012	3.658
Provisões (Nota 13)	162.711	142.718
Outros passivos	2.045	1.832
	<b>2.446.882</b>	<b>2.127.275</b>
<b>Não circulante</b>		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	312.403	310.314
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	185.326	156.206
Outros passivos	646	875
	<b>498.375</b>	<b>467.395</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.945.257</b>	<b>2.594.670</b>
<b>Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)</b>		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(1.064.334)	(899.574)
<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>(760.756)</b>	<b>(595.996)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>2.184.501</b>	<b>1.998.674</b>



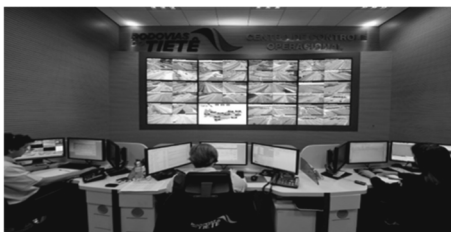
## Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2022	2021
Receita operacional líquida (Nota 16)	403.721	337.538
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(319.578)	(306.988)
<b>Lucro bruto</b>	<b>84.143</b>	<b>30.550</b>
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(16.691)	(16.926)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(17.631)	(67.725)
	<b>(34.322)</b>	<b>(84.651)</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>49.821</b>	<b>(54.101)</b>
Despesas financeiras (Nota 18)	(322.131)	(350.759)
Receitas financeiras (Nota 18)	23.250	17.944
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(298.881)</b>	<b>(332.815)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(249.060)</b>	<b>(386.916)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	84.298	131.442
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(164.762)</b>	<b>(255.474)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)</b>	<b>(0,00543)</b>	<b>(0,00842)</b>



## Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do período	(164.762)	(255.474)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(84.298)	(131.442)
Depreciação e amortização	64.129	50.224
Rendimentos de aplicações financeiras	(6.956)	(2.585)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	43	41
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	274.049	310.485
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	29.119	14.915
Provisões para demandas judiciais	14.916	79.064
Provisões para manutenção em rodovias	61.247	87.452
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.041	(9.416)
Variação monetária sobre provisão para investimentos	484	766
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	51	14
	<b>189.063</b>	<b>144.044</b>
<b>Variação nas contas de ativo</b>		
Contas a receber	(2.665)	(4.986)
Despesas antecipadas	(477)	(146)
Tributos a recuperar	(1.776)	(361)
Depósitos judiciais	(14.881)	(1.510)
Outros ativos	1.231	(8.989)
<b>Variação nas contas de passivo</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços	6.017	6.578
Credor pela concessão - ônus variável	66	56
Obrigações tributárias	571	538
Obrigações trabalhistas	354	309
Provisão para manutenção — pagamento	(55.607)	(74.687)
Outros passivos	(13)	(55)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>121.883</b>	<b>60.791</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	2.889	6.927
Investimentos no ativo imobilizado	(3.147)	(652)
Investimentos no ativo intangível	(86.220)	(69.162)
<b>Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento</b>	<b>(86.478)</b>	<b>(62.887)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização de principal sobre debêntures	-	-
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<b>35.405</b>	<b>(2.096)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>48.540</b>	<b>50.636</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>83.945</b>	<b>48.540</b>



## Relacionamento com o Auditor

---

No ano de 2022, a Concessionária não contratou a BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.